



UMA AULA-OFFICINA DO PIBID HISTÓRIA SEDE/UEM: A MUMIFICAÇÃO ENQUANTO RITUAL RELIGIOSO NO EGITO ANTIGO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3816

Demis Roger da Silva, UEM
Eloá Lamin da Gama, UEM
Gabriella Bertrami Vieira, UEM
Murilo Moreira de Souza, UEM
Sara Fernanda Zan, UEM

Resumo

Esta comunicação resume os resultados de uma aula-oficina sobre a mumificação e sua importância enquanto ritual religioso no Egito Antigo, realizada em junho de 2017, em uma turma do 6º ano B do Colégio Estadual Ipiranga Ensino Fundamental, localizado na cidade de Maringá-PR. O método de aulas-oficina tem por base o modelo conceitual da autora Isabel Barca (2004), este propõe a participação efetiva dos estudantes na explicação e exposição dos conteúdos. Partindo do estudo prévio da história egípcia já feito pela turma, apresentou-se a sequência da prática da mumificação em todas as suas etapas, sendo utilizados alguns recursos de apoio, em especial, uma boneca para simular o corpo a ser mumificado. Os dados e informações referentes ao processo da mumificação foram estudados a partir de uma bibliografia composta por E.A. Wallis Budge (1996), Ciro Flamarion Cardoso (1982) e Sérgio Donadoni (1990). O objetivo foi inserir os alunos e alunas, numa dinâmica pedagógica mais lúdica e interativa que abrangesse a compreensão de um dos aspectos centrais da tradição religiosa; ou seja, a crença na vida após a morte e a importância dos rituais fúnebres para a civilização egípcia.

Palavras Chave:

Aula-Oficina;
Mumificação; Egito Antigo; PIBID-UEM.

Introdução

O PIBID História – Sede da Universidade Estadual de Maringá, atuante desde o ano de 2017, na Escola Estadual Ipiranga Ensino Fundamental, localizada na cidade de Maringá – PR, realizou a aplicação de uma aula-oficina em 11 de julho de 2017, na turma do 6º ano B, abordando a temática da mumificação, e sua importância enquanto ritual religioso no Egito Antigo.

Constituindo-se como um dos princípios da sociedade egípcia, a inviolabilidade do corpo era um elemento primordial no acesso à eternidade após a morte, sendo necessário desenvolver-se um método que permitisse a preservação desses corpos. Nesse sentido, a prática da mumificação, traz toda a importância dos rituais religiosos para essa sociedade, baseada em princípios teocráticos e politeístas.

A partir disso, a aula-oficina surgiu em consequência de três objetivos centrais estabelecidos pelo grupo e pela professora supervisora: 1) estudar o Egito Antigo por meio de suas práticas religiosas; 2) compreender a importância do ritual religioso da mumificação para aquela sociedade; 3) inserir o aluno numa dinâmica mais lúcida e interativa.

Ao realizar o método de aulas-oficina trabalhamos com um modelo pedagógico conceituado pela autora Isabel Barca (2004), que propõe a participação efetiva dos alunos na explicação e exposição dos conteúdos. Compreendemos que o aluno não é apenas um ouvinte, e sim o detentor do conhecimento, adquirido a partir de suas vivências propiciadas pelo meio social em que estão inseridos. Desse modo, entendemos o ensino de História muito além de uma simples exposição de datas e

acontecimentos, mas também como uma ressignificação da sociedade em que vivemos. De acordo com Isabel Barca (2004):

Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p.132)

Ao aplicarmos esse tipo de prática pedagógica em sala de aula, cumprimos com um dos objetivos da disciplina de História, previsto pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual do Paraná, e pelo Projeto Político Pedagógico do Colégio, que afirma:

A disciplina de História engloba o estudo das relações humanas no tempo, suas vivências e experiências nas dimensões políticas, econômica - social e cultural. Ela visa estimular o aluno ao conhecimento para uma percepção ativa, crítica em relação à realidade humano-social e da apropriação do conhecimento humano por meio de pesquisas, leituras e discussões do processo histórico [...] (PPP, 2012, p. 128)

A partir da especificidade de nosso *lugar social*,¹ de historiadores e professores de História, vemos a necessidade de tratar de assuntos que dizem respeito às propostas metodológicas adotadas neste trabalho. Dessa forma, nos utilizaremos das considerações propostas por Jörn Rüsen (2011), e as perspectivas apresentadas por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2012).

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2011), trata do aprendizado histórico e traz apontamentos sobre a

¹ O conceito de “lugar social” é abordado por Michel de Certeau (1982), e diz respeito ao lugar socioeconômico, político e cultural de produção.

Ou seja, um meio o qual é constituído de especificidades e que a partir das mesmas e em função deste lugar que é organizada e desenvolvida a escrita historiográfica.

relação entre consciência histórica e o referido aprendizado, bem como uma diferenciação tipológica do mesmo no âmbito da didática; e os níveis e os objetivos desse aprendizado em específico. Desse modo, a partir da aula-oficina e das atividades realizadas em sala, buscamos o processo exposto por Rüsen (2011), de aprendizado histórico, por meio do desenvolvimento da consciência histórica do aluno.

O referido autor destaca que desde os anos 1960 e 1970, a didática da história é impulsionada pela teoria do aprendizado. Com isso, tanto a organização dessa didática experienciou uma especificação técnica, como também a “atenção dos conteúdos de aprendizado orientou-se para as condições, formas e funções de sua recepção” (RÜSEN, 2011, p.41). Apesar das contribuições desse novo panorama, há ainda, um déficit no que diz respeito à existência de uma teoria sistemática do assunto, nas palavras do próprio autor: “falta uma síntese coerente das dimensões próprias às teorias do aprendizado na análise didática do aprendizado histórico” (RÜSEN, 2011, p.42), tornando evidente, então, o caráter de especificidade desse ensino.

Para ele, as teorias do aprendizado podem sim, se fazerem interessantes ao campo específico da história, porém, para tanto, há a necessidade de uma didática da história na qual a consciência histórica seja o objeto central. (RÜSEN, 2011) Isso, explica o autor, se deve ao fato de que

com a consciência histórica, a referência à história, no aprendizado histórico, é levada a seu nível fundamental, e, ao mesmo tempo, genérico, ainda antes da explicação científica de “História”, mediada didaticamente, como conteúdo de aprendizado. Com isso, a didática da história se volta para aqueles processos mentais ou atividades da consciência sobre os quais afinal se funda a referência do aprendizado histórico à história.

Trata-se de “processos de pensamento de formação estruturadores de consciência” (RÜSEN, 2011, p.42)

Ou seja, é a partir desses processos que se dá o aprendizado histórico e que se pode perceber as operações centrais da consciência da história e seu significado para o aprendizado. Nesse sentido, Rüsen (2011) elenca a narrativa histórica como uma operação mental constitutiva do aprendizado, colocando na mesma a possibilidade de entendê-la, em princípio, como aprendizado, a partir do momento que

com ela, as competências forem adquiridas através de uma função produtiva do sujeito, com as quais a história será apontada como fator de orientação cultural na vida prática humana, [...] relacionada a três dimensões temporais por meio da visualização do passado, resumidamente formulado em um termo: competência narrativa (RÜSEN, 2011, p.43).

O que temos então, segundo o autor, é a necessidade de o aprendizado ser organizado de uma maneira que enfoque suas diferentes formas e as pratique e articule em um nível dinâmico, levando em consideração nesse processo fatores cognitivos, componentes estéticos e políticos da cultura e da consciência histórica (RÜSEN, 2011).

Durval Albuquerque Júnior (2012), quando trata das funções do ensino e da escrita da História, traça um panorama da trajetória que a própria história, como modalidade de conhecimento, percorreu, desde a antiguidade até hoje. A partir disso, atribui à mesma, várias funções, as quais se relacionam com as proposições, já expostas, de Rüsen (2011).

Nessa perspectiva então, escolhemos ressaltar alguns propósitos do ensino da história ressaltados por Albuquerque Júnior (2012), que se

relacionam de maneira direta com a proposta da nossa aula-oficina sobre a mumificação no Egito Antigo, como um ritual religioso. Diante disso, o autor destaca que o ensino de História tem a função

de desnaturalizar o tempo presente, de fazê-lo diferir em relação ao passado e ao futuro, no mesmo momento em que torna perceptível como essas temporalidades se encontram, como elas só existem emaranhadas, articuladas em cada instante que passa, em cada evento que ocorre. A história serve para que se perceba o ser do presente como devir, como parte de um processo marcado por rupturas e descontinuidades, mas também por continuidades e permanências. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.31)

A partir disso, então, partindo do pressuposto de que temos um distanciamento deveras grande do nosso presente, da nossa realidade para com a realidade do Egito Antigo, a qual trabalhamos na sala de aula, podemos perceber a importância dessa função da História, já que a mesma está intrinsecamente ligada à ideia de que desnaturalizando e relativizando o que se define como nosso tempo, compreende-se outra realidade, outras experiências e formas de organização da vida e da sociedade. Ou seja, dessa forma, a História permite fazer o aluno perceber que “aquilo que somos é apenas uma forma entre muitas, o conhecimento de como chegamos a ser o que somos e de que essa forma ou essas formas não são as únicas possíveis” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.31)

Assim, para Albuquerque Júnior (2012), ensinar História, é, portanto, “permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de perceber o social, de entender a temporalidade e a vida humana” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.31), compreendendo as diferenças. Portanto, o processo de

ensino-aprendizagem pode trazer à superfície a percepção da viabilidade de outras maneiras de vivência que não a nossa, de um preparo subjetivo para a convivência com o que é diferente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Por fim, o autor, assim como Rösen (2011), fala da função social do ensino e da escrita da História, de nos fazer aprender a narrar, a contar histórias, a enredar fatos, atividades humanizadoras por excelência, da função e da importância do “aprendizado da arte de contar, da arte de narrar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.38), principalmente na educação básica.

Religiosidade no Egito Antigo e o ritual de mumificação

Para compreender o ritual de mumificação, os alunos e alunas, deveriam entender a religiosidade empreendida pela população do Egito Antigo, e o que esse processo representava para aquela sociedade, tão distante de sua realidade. Desse modo, o estudo e pesquisa prévia do grupo, foram essenciais para a realização da oficina, e compreensão dos estudantes.

Os egípcios não concebiam a religião da mesma forma como a população contemporânea, desagregada das ações cotidianas. Na concepção egípcia, as ações religiosas eram impregnadas na vida da população. A divisão Estado-religião não existia, prova disso é o caráter mítico do Faraó, que não era somente visto como unificador daquela civilização, como também uma divindade no plano terreno. (CARDOSO, 1982)

A religião estava presente em todos os aspectos da vida do homem egípcio, desde a cheia do Nilo à morte de algum animal. As ações e pensamentos tinham um sentido religioso ou que era voltado para a religiosidade:

Para os antigos egípcios o mundo estava cheio de deuses. Animais que

obviamente escapavam à normalidade do panorama eram deificados, como o falcão, que se desloca no ar, sem outra força aparente que o sol; o chacal, que ultrapassava o deserto... Sem dúvida, para eles nada era inanimado, havia uma alma em cada coisa. Tudo no mundo que inspirava admiração ou medo era um deus, alguns considerados maus, a ser respeitado, temido e até bajulado. Assim viam deidades em árvores e fontes, pedras e montanhas, pássaros e feras, ar e chuva, nuvens e tempestades, trovoes e relâmpagos, fertilidade e nascimento, divindades que possuíam estranhos poderes dos quais eles não eram o senhor (BAKOS, 2014, p.57).

Outro aspecto religioso da cultura egípcia era a grande importância dada para a morte. A morte não é vista como o “fim da vida”, mas sim como uma etapa da mesma, uma etapa que leva o defunto a outra fase, a vida eterna. “Na verdade, como é deixado claro em muitos textos funerários, o morto não parte deste mundo como morto, mas sim como vivo, como um Sakh ou glorificado” (ROLLAND, 2015, p.11). A fim de evitar a segunda morte, os egípcios faziam preparativos para ajudar o morto na travessia para o outro lado e na sobrevivência do mesmo, quando chegasse ao além: o Livro dos Mortos com instruções e rituais que auxiliavam o defunto; a construção de sepulcros, como as pirâmides; a escrita de rituais no sarcófago e na tumba do morto; o enterro de objetos materiais que pudessem ser úteis no além; alimentos; posses; servos; escravos.

O ritual de mumificação não era um processo acessível para toda a população, e nem democrático, inicialmente apenas o faraó era mumificado (HORNUNG, 1990). Foi apenas no Primeiro Período Intermediário 2134-2040 a.C. que o processo se tornou mais abrangente: pessoas comuns

poderiam realizar a mumificação, desde que conseguissem pagar (GRALHA, 2009, p.9).

As técnicas utilizadas para o ritual da mumificação tinham o objetivo de preservar o corpo, para que este, pudesse ser utilizado na vida pós morte. De acordo com Eliana Laborinho (2003), entende-se, também, que a partir da perspectiva da religião egípcia, o corpo não poderia ser violado, mas poderia ser mumificado, desde que, seguindo as tradições, fosse conservado.

A prática de mumificação era a que dava garantia da entrada do outro no mundo superior. As múmias eram exemplo de Osíris – qual foi desmembrado em seu mito - visto que esse foi a "primeira" múmia, e o ritual de ligação de seus membros a garantia a vida novamente. Entretanto, não era só a preservação do corpo em si que fazia parte desse ritual, visto que também se fazia necessário usar os sentidos ou faculdades sensoriais. Para isso era feita a cerimônia da abertura de boca:

A restauração das faculdades sensoriais era possível através da cerimônia da “abertura da boca”, realizada pelos sacerdotes sobre o corpo mumificado ou o sarcófago que o protegia, através da manipulação de uma série de instrumentos carregados de simbolismo e de magia. Com os instrumentos tocavam a boca, nariz, olhos e orelhas, permitindo que o defunto pudesse realizar funções vitais como respirar e comer no Além. (LABORINHO, 2003, p.3)

As fontes que detalham o processo de mumificação são escassas, as maiores informações sobre a temática, são retiradas de autores clássicos, como Heródoto, que visitou o Egito em 450 a.C., e Diodoro em I a.C. Mesmo que a narração dos autores mostrasse o período decadente da arte de mumificação, ainda são considerados por historiadores e egiptólogos (LABORINHO, 2003). O

processo era dividido em três etapas, a primeira, iniciado pelo embalsamador, a partir do tipo de mumificação escolhido pela família, onde ocorria a retirada dos órgãos, cada um com sua relevância para os egípcios, sendo o mais importante o coração.

Em seguida, continuava a extração de órgãos, se tratando agora das vísceras. Era feita uma incisão com um objeto afiado, o qual se retirava os pulmões, fígado, estômago e intestinos; o coração permanecia para o julgamento que o sujeito deveria passar.

A terceira etapa tinha a maior duração, consistia em desidratar o corpo para que não houvesse decomposição. Os amuletos eram um dos toques finais e estes tinham função de proteção do defunto e auxílio em sua outra vida, usava-se as orientações e rubricas do Livro dos Mortos para designar esses objetos. (LABORINHO, 2003).

A tarefa da mumificação como passada para os alunos e alunas, era um processo que demandava tempo, paciência, e era fragmentado por etapas, entre várias pessoas, tendo como princípio a divisão do trabalho, característica do estado e sociedade egípcia (LABORINHO, 2003).

Aplicação da aula-oficina: teoria e prática

Posteriormente aos estudos realizados acerca da religiosidade egípcia e do processo de mumificação, o grupo, juntamente com a orientação da professora supervisora Neide de Paiva Vieira, que nos acompanhou durante todo o processo, passou a centrar-se nos aspectos técnicos e de construção da aula.

A oficina foi desenvolvida em um período de 2 horas aulas, com 45 minutos cada, o que foi suficiente para apresentar o conteúdo e realizar a representação do ritual de mumificação. Assim, depois de cerca de 2 semanas de preparação, contando o estudo teórico e

planejamento metodológico, aplicamos esta oficina no dia 11 de julho de 2017.

Diversos materiais foram utilizados para a confecção da oficina: um boneco manequim (fornecido pela escola), pedaços de madeira pintados com tinta guache, para a representação dos órgãos e dos amuletos, borrifadores de água, recipientes diversos, temperos caseiros (orégano, sal e salsa), papel higiênico e outros materiais que se mostraram necessários durante a aplicação.

Para a execução da oficina, num primeiro momento, apresentamos aos alunos e alunas uma aula a respeito da religião egípcia e, como a mesma se mostrava essencial na vida cotidiana do Egito Antigo. Assim, começamos a aula explicando conceitos básicos da religiosidade egípcia, e sua importância cultural e identitária para aquela sociedade.

Em seguida, trouxemos, por meio de recursos midiáticos e visuais, alguns dos principais amuletos utilizados pelos egípcios cotidianamente e que eram adornados junto ao corpo mumificado (BUDGE, 1996). Abordamos, também, o panteão egípcio, seus principais Deuses e o mito de origem do mundo para aquele povo.

Os alunos se mostraram interessados, mas acreditamos que devido ao longo tempo que a aula acabou tomando eles acabaram demonstrando um certo cansaço. Assim, quando chegamos ao fim da primeira aula, poucos demonstravam total interesse no que os professores explanaram. Porém ao observarem a movimentação para a execução da parte prática da oficina, ficaram cada vez mais interessados.

Para tal, os pibidianos pediram aos alunos que formassem um círculo com suas carteiras, de forma a haver um vão no centro da sala. Com a ajuda dos mesmos, colocamos no centro algumas carteiras juntas onde o boneco, que representava o corpo, ficou exposto ao lado dos materiais utilizados no processo de mumificação.

Ao planejarmos essa etapa da aula-oficina, pensamos em fazer o processo de mumificação de uma forma em que todos os alunos pudessem participar da execução. Assim, eram escolhidos para cada uma das 6 etapas, 6 alunos cada, englobando todos os alunos da turma.



Para a primeira etapa da mumificação era necessário a retirada dos órgãos de dentro do corpo do morto. Explicamos durante o processo que o único órgão que não era retirado era o coração, que segundo a religião egípcia, era levado ao tribunal de Ozires, para julgar a vida do morto. Assim, o primeiro grupo ficou encarregado da retirada dos “órgãos de madeira” de dentro do manequim por um buraco feito na frente anterior do corpo.

Retirados os órgãos e colocados em recipientes fornecidos pela escola, foi o momento de “desidratar” o corpo. Com o auxílio de outro grupo de 6 alunos colocamos sobre o manequim, sal, e revestimos todo o morto com um saco de estopa. Explicamos que esse procedimento era necessário para evitar o apodrecimento do corpo, e assim a múmia permaneceria intacta por anos:

Posteriormente, foi o momento de aplicar um líquido (teoricamente oleoso) que permitisse a fixação das faixas ao morto. Assim, outros 6 alunos foram chamados para burrificar a água que representaria esse unguento.

A próxima etapa foi o momento de enfaixar o morto. Pensamos primeiramente, utilizar faixas de gaze que melhor se assimilariam com a faixa específica utilizada pelos antigos egípcios. No entanto, devido ao seu alto valor, preferimos fazer o uso de papel higiênico, mais econômico e acessível. Outros 6 alunos foram então responsáveis por essa etapa.

O começo da etapa seguinte, foi conturbado. A dispersão dos alunos era cada vez maior, o sal que ainda sobrou sobre a mesa das etapas anteriores começou a ser ingerido, as peças de madeira que usamos como órgãos foram derrubadas e a cada momento os pibidianos encontraram mais dificuldades para executar a oficina.

Como medida de organização da turma e orientação para a fixação de amuletos na múmia, pedimos aos alunos para que formassem uma fila, afim de distribuir a cada aluno um dos 20 amuletos que seriam colocados junto a múmia, e assim todos participarem. Para tal, juntamos a 5ª e a 6ª etapa e finalizamos a oficina. Dessa forma, os alunos foram então colocando os amuletos em seus locais determinados e aplicando os temperos caseiros.





Considerações finais

Essa empreitada foi para nós um grande desafio, que, no entanto, enfrentamos com muita empolgação. A execução da aula-oficina possibilitou a nós, proporcionar aos alunos um contato mais próximo com um ritual tão distante de sua realidade. Pudemos notar como essa experiência pode e deve ser aplicada nas aulas de História e o quanto ela se torna enriquecedora para a construção do conhecimento do aluno.

Ao levar em consideração que educadores e educandos estão em constante aprendizagem, a experiência se tornou enriquecedora para todos e todas. Para o grupo, recentemente apresentado ao universo da educação, essa aula foi essencial para a nossa formação como futuros professores e professoras.

Pudemos notar que os alunos, por sua vez, se mostram cada vez mais abertos a experiências que ultrapassem as linhas estabelecidas pelo livro didático. A empolgação que apresentaram ao ver uma cultura tão distante de sua realidade e o contanto tão próximo com um rito ainda mais distante, é quase impossível de ser descrito.

Isso se mostra com o contraste entre a aula introdutória, em que ficaram enfileirados em carteiras apenas observando a explanação do conteúdo, e o momento em que participaram ativamente da representação de mumificação. Essa diferença nos permite perceber que é pouco eficiente manter os alunos isolados do conteúdo que aprendem. Se faz

necessário, sobretudo, incluí-los de uma forma prática que destoe das formas tradicionais de ensino. E essas atividades, não estão em contramão em relação a aula de História.

Por fim, concluiu-se que uma oficina como esta, foi de grande valia não só para a formação dos alunos, mas também para nós enquanto futuros profissionais da educação. Este trabalho é resultado do estudo de teorias e práticas que adquirimos em nossa formação, e esperamos que oportunidades de realização de trabalhos como este, sejam cada vez maiores, por meio de políticas públicas educacionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que visam o incentivo.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos na memória: para que servem o ensino e a escrita da História?. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al (orgs). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV edit, 2012.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Fatos e Mitos do Antigo Egito**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.
- BUDGE, Wallis E.A. **Magia Egípcia**. 1ª ed. Barcelona: Humanitas, 1996.
- CARDOSO, C.F. **O Egito Antigo**. 1ªed. São Paulo: brasiliense, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 2ªed.
- GOVERNO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História**. Paraná, 2008.
- GRALHA, Julio. **A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas**. Campinas: UNICAMP (tese), 2009.
- HORNUNG, Erik. O Rei. IN: DONADONI, Sergio. **O Homem Egípcio**. Lisboa: Presença,

1990.

LABORINHO, Eliana. **As técnicas de mumificação no Egito Antigo**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2003.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL IPIRANGA, 2012.

ROLLAND, Cintia Alfieri Gama. Evitando a

“Segunda Morte”: a necessidade alimentar do morto para manter-se vivo no Egito Antigo. **REVER**, v. 15, n. 1, p. 11-30. 2015.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado Histórico. In: **Jörn Rüsen e o ensino de História**. SCHMIDT, Maria Auxiliadora et al (orgs). Curitiba: Ed. UFPR, 2011.